

ROGÉRIO ROQUE AMARO *

«EI-LOS QUE VOLTAM»

PROBLEMAS E DESAFIOS DO REGRESSO DOS EMIGRANTES **

Virão um dia
Ricos ou não
Contando histórias
De lá de longe
Onde o suor se fez em pão
Virão um dia...
...Ou não

Assim termina uma canção de Manuel Freire («Eles»), muito conhecida sobretudo nos anos 60 e princípios de 70, contando e cantando a saga daqueles que então eram obrigados a partir das suas terras, novos e velhos, em busca da sorte noutras paragens, partindo (marginalizados pelo seu próprio país) muitas vezes de olhos molhados mas com a esperança de nessas paragens realizar sonhos dourados com que lhe acenavam os que já tinham ido e os «altifalantes» de todos os capitalismos europeus ávidos de mão-de-obra barata e dócil para as suas necessidades de acumulação e crescimento.

Virão um dia, diz a canção. Ricos ou não. Contando estórias dos sonhos alcançados e dos sonhos desfeitos de toda uma vida vivida (ou sofrida) em terras onde, trabalhando e suando, tinham

* Professor do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

** Esta análise do regresso dos emigrantes a Portugal colhe os benefícios da participação do autor num projecto do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) em que também participaram Manuela Silva (coordenação), Guy Clausse, Custódio Cónim, Madalena Matos, Manuel Pisco e Luís Miguel Seruya. Baseado num inquérito representativo do regresso de emigrantes feito em Dezembro de 1982, cobrindo 692 casos, deu posteriormente origem a uma publicação do IED (caderno 8), intitulada: «Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal», (Lisboa, 1984), referido adiante como Silva *et al.* (1984).

assegurado (ou não) a sobrevivência e o futuro. Para um dia regressar. Ou não...

Mas ei-los que voltam. O regresso dos emigrantes já começou e o país alarmou-se. Seria uma nova enxurrada, como em 1975 e 1976 com a chegada maciça de gente das ex-colónias? E a crise e o desemprego? E as divisas que eles mandavam? E a balança de pagamentos?

E o Homem? E os seus problemas de reintegração/re Adaptação/reenraizamento? E as suas potencialidades? E os desafios que esse regresso lança à sociedade portuguesa?

É para uma primeira abordagem dessas questões que pretendemos aqui contribuir, aproveitando o conhecimento e a reflexão que nos possibilitou já a participação em projectos, encontros e debates que sobre este tema se têm vindo a fazer de há uns tempos a esta parte e ainda a experiência de convívio íntimo com os emigrantes, as suas aspirações, as suas angústias e o seu quotidiano que durante 3 anos pudemos viver em França.

«EI-LOS QUE PARTEM»

Partiram um dia. Legalmente ou «a salto» mas em grande número. A partir do início dos anos 60 esse êxodo acelerou-se, reeditando outros êxodos que sempre na história de Portugal se verificaram, mas assumindo proporções como em nenhum outro desses momentos, pelo menos nos tempos modernos.

O número certo dos que partiram desde então (e sobretudo até 1974/75 porque a partir daí os países de imigração começaram a fechar as suas portas) nunca talvez se saberá pois os que partiram clandestinamente tornaram-se numa parcela cada vez maior das saídas totais.

Estima-se porém que foram, entre 1960 e 1973, perto de 1 500 000, incluindo nesta estimativa um cálculo da emigração clandestina para França atingindo, naquele período, cerca de 550 000, ou seja quase 2/5 do total ⁽¹⁾.

Lembre-se ainda que, no início dos anos 70, altura em que as saídas do país atingiram o seu auge (chegando-se a um pico de cerca de 180 000 em 1970), a emigração clandestina calculada

(1) Números obtidos a partir de dados da Secretaria de Estado da Emigração e, para a emigração clandestina para França, da diferença entre a imigração portuguesa assinalada pelo Office National d'Immigration e a emigração portuguesa para aquele país registada pela Secretaria de Estado da Emigração. Ver, para indicações e correcções mais precisas: Luís Miguel Seruya in Stahl *et al.* (1982).

para França chegou a atingir 2/3 do total da emigração e 80% a 90% da que se dirigiu para aquele país. Tudo elementos a situar o dramatismo daquele movimento.

As razões são por demais conhecidas e o inquérito realizado em Dezembro de 1982 a 692 emigrantes já regressados ⁽²⁾ não fez mais do que as confirmar, pela boca e palavras dos próprios. As razões económicas são referidas em 3/4 das respostas, seguindo-se-lhes as invocadas (essencialmente pelas mulheres e menores, na altura da emigração) pelos que foram para se juntarem a familiares (cerca de 10%), o exemplo de outros emigrantes (3%) e os motivos político-militares (2%).

Expressões como «Aqui não podia viver, não havia trabalho», «Não me governava cá, morria de fome, era só trabalhar», «A gente precisava de comer», «Aqui não se ganhava o suficiente, aqui não se vive, a gente nem terra tem», «Tinha 6 filhos e cá o dinheiro era pouco», «Naquele ano íamos morrendo de fome, vivíamos na rua», ou ainda sinteticamente, «Tinha fome», mostram muito claramente o carácter agudo daquelas razões.

Mas, dado que compreender o regresso implica integrá-lo no movimento mais geral de que ele faz parte e que podemos designar por emigração — regresso, incluindo a partida (e suas motivações), a estadia, a comunicação com a sociedade de origem (aquilo que poderíamos chamar de «regresso permanente e latente») e finalmente o regresso definitivo, é importante aprofundar um pouco mais estas razões, dado que elas poderão condicionar (ou forçar) a decisão sobre este.

Nesse sentido é importante situar os *factores de emigração*, atendendo às três componentes que eles encerram: a atracção, a repulsão, a informação.

Atracção, derivada das necessidades de acumulação do capitalismo nos países europeus, «requisitando» a mão-de-obra abundante, barata, móvel e submissa requerida para os postos de trabalho mais insalubres, perigosos, desprestigiados e mal pagos do perfil produtivo determinado pelo crescimento capitalista e pelas relações capital-trabalho do post-guerra. Movimento que se dá das margens da Europa (regiões meridionais e Norte de África) para os países mais setentrionais.

Atracção que tem pois a ver com a divisão internacional do trabalho e a *especialização* saídas da Segunda Guerra Mun-

(2) Inquérito integrado o projecto «Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal», referido atrás e de que o autor fez parte.

dial, determinando relações de dominação-dependência, em que a Portugal (e a outros países) cabia o papel de produzir e exportar mão-de-obra a baixos custos.

Repulsão, na medida em que há um país que nega a uma parte importante dos seus cidadãos o direito de viverem decentemente nas suas terras, de encontrarem aí as condições de satisfação das suas necessidades básicas e de realização das suas capacidades como agentes produtivos e como pessoas, ou seja de acederem ao desenvolvimento nas regiões de origem.

Repulsão visto portanto que uma ausência de perspectiva de desenvolvimento (o qual é obrigatoriamente espacial, uma vez que não há desenvolvimento deslocalizado, sem raízes espaciais) empurrou as pessoas para as «atracções» e necessidades do capitalismo nos países europeus.

Informação, porque sem ela não há ligação entre as duas anteriores, não há conhecimento de atracção, não há consciência de se estar mal aqui e poder estar melhor em outro lado.

Componente frequentemente marginalizada, a *informação* desempenhou de facto um papel determinante ⁽³⁾, sendo possível caracterizar 3 formas principais dessa informação passar:

a) Os emigrantes que foram à frente, porque conscientemente convidando e incentivando os familiares e amigos a virem ter com eles e a fazer como eles porque valia a pena (e demonstravam-no de muitas maneiras), ou inconscientemente exercendo um efeito de imitação sobre os círculos vizinhos pelos símbolos de que eram portadores (automóvel, electrodomésticos, vestuários, contos de outras terras), pelas casas que construíram, pelas cartas, pelo dinheiro enviado, etc. Há como que um auto-sustentação neste movimento de emigração.

b) O desenvolvimento extraordinário, nesse período, dos meios de comunicação social e, em particular, da televisão, aproximando as regiões e os países e ilustrando, tal miragens, os modelos de consumo e os «prémios» que estariam à espera de quem se decidisse a partir para esses «paraísos» onde se ganhava mais e se vivia melhor.

c) A tradição histórica de emigração em Portugal, existindo como que uma espécie de herança, transmitindo-se de

⁽³⁾ Atente-se, a título de exemplo, nalgumas respostas surgidas no referido inquérito: «Aqui não tinha meios para viver, tinha 5 filhos e fui para alimentá-los. Já outros conhecidos tinham ido...», «Começaram todos a emigrar e a gente via que eles melhoravam», «Foi quase moda», etc.

geração em geração, de vizinho a vizinho, a qual, não tendo nada de fatalismo, radica claramente no papel e no lugar ocupados por Portugal, ao longo dos séculos, relativamente à emergência e desenvolvimento do capitalismo.

«VIRÃO UM DIA»

Partiram. Mas sempre com a ideia de voltar. Mesmo que nunca voltem.

Este é um dos elementos quase sempre presente nos horizontes e nos planos do emigrante e que condiciona ou é condicionado pelas suas ligações e relações com a terra de origem e familiares.

De facto, e em particular no caso da emigração para a Europa, são frequentes as vindas a Portugal no Natal, na Páscoa e nas férias do Verão, senão mesmo por altura de qualquer problema pessoal a resolver (sementeiras, vindima, construção da casa, doença de familiares, etc.), o que é facilitado pela relativa proximidade em que se encontram esses países (relativamente por exemplo à emigração transoceânica).

Na mesma lógica se situam as correspondências e contactos mantidos com Portugal durante a estadia na emigração, através de cartas, do envio frequente de dinheiro e da transposição para esses locais de hábitos e de formas de convívio e de alimentação «à portuguesa».

Note-se, por exemplo, que 71% dos emigrantes regressados que responderam ao inquérito citado declararam enviar *metade ou mais* do seu salário para Portugal, sendo de referir ainda que 24% afirmaram transferir as suas poupanças a um ritmo mensal e 33% várias vezes ao ano ⁽⁴⁾.

Por outro lado o ambiente vivido nas associações de portugueses e, em particular, nas suas festas, o carinho com que recorrem à música portuguesa, ao folclore e aos produtos típicos portugueses ⁽⁵⁾ demonstram com grande evidência, o apego às suas terras e as saudades que nunca morrem.

⁽⁴⁾ O que, por outro lado, mostra a maximização de poupanças obtidas graças ao encontro entre uma remuneração dentro dos «níveis europeus» com um modelo de reprodução, que, no essencial (habitação, alimentação, vestuário e tempos livres), é muito mais «à portuguesa».

⁽⁵⁾ Em Grenoble testemunhámos nós que festa portuguesa sem sardinhas seria um sacrilégio (para grande desconfiança dos franceses, afugentados por «aquele cheiro», numa cidade em que, ainda para mais, o mar fica, no mínimo a 300 kms.). Nessas festas

A reforçar tudo isto está o facto de muitos emigrantes terem emigrado isoladamente e lá terem permanecido separados da família (o inquérito, por exemplo, detectou, dentre os já casados antes da partida, 23% cujos cônjuges ficaram sempre em Portugal), determinando uma maior propensão para os contactos com as suas terras (o «regresso permanente») e para o regresso definitivo ⁽⁶⁾.

O regresso é então inevitável? A emigração é portanto reversível?

É claro que não se pode pôr a questão em termos tão radicais, tão definitivos.

Se é um facto que a grande maioria dos emigrantes inscreveu nos seus sonhos e nos seus mitos a ideia de regresso, muitos adiarão continuamente a decisão e nunca voltarão definitivamente. Por causa dos filhos mas também porque a situação em Portugal não é de molde a incentivar tal decisão. Pelo contrário, a componente repulsiva é ainda muito forte em vastas regiões do país.

Mas a maioria vai voltar, já começou aliás a regressar, muitos porque compelidos a isso pela crise instalada nos países de imigração.

Começaram a regressar, primeiro paulatinamente, ainda na década de 60, a um ritmo médio anual de cerca de 2 500 no período de 1961-1965, passando depois para cerca de 14 000 no segundo quinquénio dessa década. Mas esses regressos aceleraram-se extraordinariamente na década de 70, passando para ritmos anuais entre 35 000 e 45 000, prevendo-se que, na década de 80, se mantenham aproximadamente essas médias. Sendo assim, terão regressado a Portugal cerca de 500 000 emigrantes, entre 1960 e 1980, essencialmente dos países da CEE (sendo 83% na década de 70 e 46% no último quinquénio desse decénio) e prevendo-se mais cerca de 400 000 até 1990 ⁽⁷⁾.

Trata-se pois de um movimento considerável, realçado pela quebra brusca (e quase paragem consequente) na emigração

toda a gente preferia o vinho verde e a cerveja portuguesa (mesmo que a preços proibitivos e muito acima dos dos vinhos e cervejas da CEE) e viam-se inevitavelmente o caldo verde e o arroz doce.

⁽⁶⁾ A utilização desta expressão não põe de parte a possibilidade de nova emigração, embora, em princípio, ela não esteja prevista aquando da decisão de regressar.

⁽⁷⁾ Estimativas apresentadas por Custódio Cónim no livro já citado (Silva *et al.*, 1984, caps. 1 e 2), com base nos elementos (in-completos) fornecidos pelos censos.

após 1974 ⁽⁸⁾, mas que não atinge as dimensões que caracterizaram a chegada das ex-colónias no período de 1974-1976, em que, num período tão concentrado, chegaram a Portugal entre

1973 — 123	1976 — 33	1979 — 24
1974 — 71	1977 — 29	1980 — 21
1975 — 45	1978 — 24	1981 — 23

Fonte: INE, Divisão de Estatísticas Demográficas e Sociais (citado pelo Banco de Portugal, relatórios anuais).

500 000 e 700 000 pessoas. São aliás dois movimentos distintos, com factores e características muito diferentes e que não se ganha nada em tentar confundir.

Observando os regressos já verificados constatamos que foram, na maioria, motivados pelo encerrar lógico de um projecto de emigração e uma vez realizados os objectivos visados na partida, pelo menos a um nível que já torna insuportáveis e escusados os sacrifícios impostos pela separação da terra, dos familiares e dos amigos, pelo tempo já passado e pela solidão vivida, apesar de tudo, no estrangeiro (ver quadro 1).

Esta observação é bastante clara nos regressos registados até meados da década de 70 (sensivelmente 1974, tendo o próprio 25 de Abril determinado algumas dessas decisões) e mantém-se predominantemente até princípios de 80, embora nesse período já se manifestem os efeitos da crise e desemprego nos países de imigração, servindo para justificar não só o «fecho» das portas a novas entradas, como também o incentivo, o «empurrão» e mesmo a expulsão para o regresso, por parte das autoridades desses países. Mas esses efeitos sentem-se mais na antecipação do momento do regresso (aproveitando, por exemplo, os subsídios ao mesmo) do que propriamente na sua decisão forçada ⁽⁹⁾.

Mais recentemente ainda (sobretudo após 1980), e em particular para os emigrantes a trabalhar na R.F.A., parecem tornar-se cada vez mais frequentes e dramáticas as situações de regresso forçado e em más condições, devido à falta de trabalho e expulsão do país de imigração, com graves problemas de reintegração na sociedade portuguesa.

⁽⁸⁾ A emigração total (incluindo uma estimativa da emigração clandestina para França) segue a seguinte evolução (em milhares):

⁽⁹⁾ Recorde-se que a observação que serve de base a estas reflexões situa-se no final de 1982.

Cf. também a este propósito. Poinard, (1983a e b).

Quadro 1

PRINCIPAIS RAZÕES DE REGRESSO
APONTADAS PELOS EMIGRANTES REGRESSADOS

	N.º	%	Após redistribuição das «outras razões» %
1 — Anulação ou enfraquecimento do vector atracção	39	6	7
— Falta de trabalho	27	4	4
— Regresso imposto pelo país de imigração	8	1	1
— Opção pelo subsídio de regresso dado pelo país de imigração	4	1	1
— Outras razões	—	—	1
2 — Anulação ou enfraquecimento do vector repulsão	9	1	4
— Trabalho mais favorável em Portugal	9	1	1
— Outras razões	—	—	2
3 — Esbatimento da relação repulsão-atracção por razões extra-económicas	240	35	40
— Saudades da família e da terra	152	22	22
— Educação dos filhos em Portugal	88	13	13
— Outras razões	—	—	5
4 — Realização dos objectivos em vista	42	6	8
— Poupança suficiente	42	6	6
— Outras razões	—	—	2
5 — Fracasso ou inadaptação à emigração	70	10	13
— Inadaptação à vida no estrangeiro	61	9	9
— Demasiado trabalho e pouco ganho	9	1	1
— Outras razões	—	—	3
6 — Usura	174	26	27
— Razões de saúde	118	17	17
— Reforma	36	5	5
— Acidente de trabalho	20	3	—
— Outras razões	—	—	1
7 — Outras razões	109	16	1
TOTAL	683	100	100
Não responderam	9	—	—

Fonte: Rogério Roque Amaro, in Silva et al. (1984).

Mas voltando às *razões de regresso apresentadas pelos próprios emigrantes*, e organizando-as a partir da reflexão feita em termos de atracção-repulsão quanto ao início do movimento, ou seja, à partida (ver quadro 1), sobressaem as motivações derivadas do *apego à terra e à família* (as saudades e a educação dos filhos).

Esse «apego», sempre presente durante a estadia, acaba por determinar, para muitos emigrantes, um projecto de estadia de médio ou longo prazo (para 63% dos inquiridos a estadia no estrangeiro durou mais de 10 anos e para 32% 15 e mais anos), vivido na mira da realização de determinados objectivos (nem sempre claramente identificados) e do posterior regresso ao seu país. Regresso que, estando programado, foi, por vezes, antecipado ou adiado, mas não fundamentado, por razões mais acidentais (problemas de saúde dos próprios, doença ou morte de familiares, partilhas, educação dos filhos, dificuldades particulares de trabalho ou financeiras, etc.). Pode-se dizer então, nestes casos, que o regresso é de ordem estrutural mas o momento em que ele se efectua é de motivação conjuntural.

Algumas respostas ilustram estas observações: «Porque queria estar ao pé da mulher e dos filhos», «Porque gosto muito do meu país e tinha cá a minha família», «Estávamos lá muito bem mas *lembrávamo-nos sempre disto aqui*», «Saudades da terra, *sempre pensei em voltar*», «É o meu país de nascimento, embora se viva mal», «Os filhos começaram a gostar muito de França, e eu não queria», «Queria que o meu filho aprendesse o português», «*Já tinha trabalhado muito e depois queria estar ao pé da família*», «Não gostava de lá estar, não me sentia bem. Podia lá ganhar mais, mas aqui é que é o meu país e pensei que, quanto mais tarde viesse, pior seria para arranjar cá a vida», «Tudo aborrece com o tempo. Estive lá 16 anos mas, mesmo que uma pessoa esteja bem, *tem sempre muitas saudades de Portugal*. A mulher veio e eu ainda fiquei. Mas não dava para sustentar duas casas e então vim» etc. ⁽¹⁰⁾.

A ideia de que este tipo de regresso não deixa de implicar, normalmente, a realização de pelo menos alguns dos objectivos perseguidos com a partida é muito bem ilustrada nesta resposta de uma mulher: «Regressámos porque gostamos muito daqui, porque é a nossa terra, foi aqui que nascemos os dois, é o nosso país. *Quando tivemos hipóteses de abalar, viemos embora*. Não tínhamos ambições muito grandes, senão ficávamos lá a vida

(10) Sublinhados da responsabilidade do autor.

inteira. Assim, arranjámos dois tostões e a casinha e abalámos».

Elevada também é a percentagem daqueles que regressaram por razões ligadas à *usura física*, ou *psicológica* (26%) e à *inadaptação à vida no estrangeiro* (10%), correspondendo aos chamados «*custos humanos*» da emigração.

No primeiro caso trata-se de problemas de saúde, de acidente de trabalho ou do facto de terem chegado ao fim das suas vidas activas (já não lhes interessando permanecer num país para onde foram *trabalhar* e ganhar dinheiro e onde os querem só para isso), o que não deixa de mostrar, pela percentagem elevada, o desgaste a que são submetidos e/ou se submetem os emigrantes.

No segundo caso trata-se essencialmente do fracasso do projecto de emigração: «Não me sentia lá bem», «A vida do emigrante não interessa, só se ganha dinheiro...» «Só lá estamos bem enquanto os não compreendemos», etc.

Para além destas notas mais dominantes sublinhe-se ainda o seguinte:

— aparentemente, e pelo menos até à altura do inquérito, os efeitos da crise económica nos países de imigração (razões do grupo 1) ainda não se fizeram sentir com grande intensidade, ou pelo menos tal não foi reconhecido e/ou divulgado pelos inquiridos, o que não quer dizer que este tipo de factores não venha, proximamente, a pesar mais;

— é muito pequena a percentagem dos que afirmaram ter regressado por encontrarem ou pensarem encontrar condições mais favoráveis em Portugal (e uma parte desses ligou essa expectativa ao 25 de Abril, encontrando-se agora desiludidos), podendo-se concluir pela inexistência, nas regiões de emigração, de condições de vida e de trabalho atractivas para o regresso;

— o facto de apenas 6% reconhecerem ter regressado por terem realizado uma poupança suficiente não nos deve levar a pensar no pouco êxito dos outros quanto a este aspecto, pois a ideia de «suficiência» é aqui algo fluida e pode até ser sobre-determinada, como se viu, por outras razões ligadas ao primeiro tipo analisado (saudades e educação dos filhos). De qualquer forma também neste caso o regresso foi vivido como o *concluir* de um projecto bem definido.

A confirmar, de certa maneira, algumas das conclusões quanto às razões pelas quais os emigrantes têm regressado ao seu país, está o facto de esse regresso se vir dando, fundamentalmente, *para as suas terras de origem* (90% dos inquiridos revelaram, por exemplo, ter regressado para *a mesma freguesia* onde viviam antes de emigrar), dando assim ao movimento emi-

gração-regresso uma aparência de movimento pendular quase perfeito ⁽¹¹⁾.

Esta tendência, que é aliás confirmada pelos dados do Recenseamento da População de 1981 (INE), distribuindo-se os emigrantes regressados depois de 1973 fundamentalmente pelos concelhos e distritos de partida, contraria o movimento dominante nas últimas décadas em Portugal, que foi de abandono (absoluto e relativo) da maior parte desses concelhos (em particular os das regiões interiores) com acentuação da litoralização do país. Pode encerrar por isso potencialidades demográficas consideráveis.

A confirmar isso está também o facto de um grande número de emigrantes regressar ainda em idades activas: 70% regressou com menos de 50 anos, sendo 59% entre os 30 e os 50 anos ⁽¹²⁾.

«RICOS OU NÃO»

Os emigrantes estão pois a voltar. Em número muito significativo. Mas em que condições?

Algumas pistas de resposta a esta questão foram, de certa maneira, levantadas no ponto anterior, pois aí se deixou entendido que, para a maioria deles, pelo menos os objectivos fundamentais tinham sido realizados, nomeadamente trazer algum dinheiro e construir ou adquirir uma casa em Portugal.

A primeira impressão, transmitida pelos próprios emigrantes, é a de que, do ponto de vista material, a emigração lhes permitiu elevar substancialmente o seu grau de satisfação, considerando-se 72% satisfeitos ou muito satisfeitos ⁽¹³⁾.

Por outro lado, o volume declarado de poupanças à disposição na altura do regresso parece atingir níveis algo elevados,

⁽¹¹⁾ Michel Poinard, (1983a), refere também que 90% dos emigrantes provindos do campo (na partida) se reinstalaram no concelho de nascimento ou num concelho limítrofe, correspondendo este normalmente ao concelho de nascimento do cônjuge.

⁽¹²⁾ Estas percentagens referem-se apenas a *emigrantes* adultos que regressaram, excluindo-se os seus filhos, cuja inclusão «rejuvenesceria» consideravelmente aquela distribuição.

⁽¹³⁾ Relativamente a uma escala fictícia de satisfação indo de 1 a 10, as respostas ao referido inquérito permitiram situar a média de satisfação em cerca de 2 antes da emigração, 7 durante a emigração e 5 actualmente.

se bem que se trate de declarações merecedoras de bastantes reservas ⁽¹⁴⁾.

Considerando apenas os regressos ocorridos entre 1978 e 1982 e os valores sem actualização monetária, 56% situar-se-iam acima de 500 contos, 28% acima de 1000 contos, 5% com mais de 5000 contos e 1% com mais de 10 000 contos.

Tal como durante a emigração, são os *depósitos bancários*, a *construção ou compra de casa* e a *compra de terras e de equipamento agrícola* que mais atraem essas poupanças: 65% dos emigrantes utilizaram com predominância os primeiros, 79% já as aplicaram na segunda e 34% na terceira.

Os depósitos nos bancos garantem uma aplicação certa, segura e bem remunerada constituindo, para muitos emigrantes, o rendimento assegurado da velhice.

A construção ou compra de casa é um dos projectos mais determinados do emigrante, simbolizando, por outro lado, a ligação à terra e a ideia do regresso ⁽¹⁵⁾.

Idêntica função desempenha a compra de propriedades fundiárias (muitas vezes para aumentar o número de parcelas possuídas, a partir das terras herdadas dos pais) e de equipamento agrícola (sobretudo tractores). Essas compras representam essencialmente investimentos de posse e de prestígio e não tanto investimentos produtivos e de transformação. As terras ficarão à espera do regresso e depois serão usadas sobretudo para a agricultura de subsistência (autoconsumo); as máquinas também aguardarão o regresso e depois serão utilizadas apenas parcialmente.

Quanto ao investimento produtivo noutros sectores, não está de facto nos hábitos do emigrante, que é *agente de poupança mas não investidor*, até pelo seu percurso antes e durante a emigração (classe social, actividade produtiva, função que lhe coube no sistema produtivo dos países de imigração, qualificações, etc.).

Apenas 4% investiram nas actividades industriais (e 7% pensam ainda investir), 6% nos restaurantes e cafés (5% pensam investir) e 8% no comércio (7% pensam investir).

⁽¹⁴⁾ Provavelmente os casos de subavaliação serão mais frequentes do que os de sobrevalorização, para além de que não estão contabilizadas nos montantes indicados, as poupanças materializadas em bens de consumo duradouro (automóvel, electrodomésticos, nomeadamente) trazidos no regresso. Cf. Manuel Pisco e Luís Miguel Seruya in Silva *et al.* (1984).

⁽¹⁵⁾ O que não invalida a existência de alguns não regressos dentre os emigrantes com casa em Portugal, o que põe problemas de subocupação (com eventual degradação) dessas habitações.

Para além destas aplicações, e como já se referiu, os emigrantes transformam uma boa parte das suas poupanças em bens de consumo duradouros, numa procura de melhores condições de vida (muitas vezes em ligação com a construção da casa) e/ou de ostentação social, nem sempre bem compreendida e interpretada ⁽¹⁶⁾.

A comprová-lo está o salto espectacular verificado no acesso a determinados bens de consumo, normalmente tidos como símbolos de subida de nível de vida e de estatuto social e associados à sociedade de consumo (ao «welfare state»), graças às poupanças obtidas na emigração (ver quadro 2).

Quadro 2

ACESSO A DETERMINADOS BENS DE CONSUMO
POR PARTE DOS EMIGRANTES REGRESSADOS (EM %)

	Já possuíam antes de emigrar	Compraram com as poupanças da emigração
Televisão	9	72
Automóvel	5	51
Motorizada	12	27
Electrodomésticos	13	73

Fonte: Rogério Roque Amaro, in Silva et al. (1984).

Este salto no acesso a um certo tipo de «cabaz de compras» ⁽¹⁷⁾ tem de ser evidentemente relativizado tendo em conta que, nas últimas duas décadas, os próprios residentes registaram uma evolução semelhante quanto a ele.

Essa evolução parece ser contudo bastante menos acentuada no caso destes últimos. É a conclusão a que se chega trabalhando com os números de aparelhos de televisão e de viaturas de turismo por 1000 habitantes para 1968/69 e 1976/78 e reduzindo-os a percentagem de famílias com acesso a esses

⁽¹⁶⁾ É natural que, como contrapartida de uma decisão comportando desenraizamentos, sacrifícios e alguns riscos, o emigrante queira mostrar que tudo isso não foi em vão, que valeu a pena.

⁽¹⁷⁾ A que já não pertence tipicamente a motorizada mas para o qual resolvemos incluir as percentagens indicadas, até para comparação com a evolução verificada nos outros tipos de bens.

bens (indicação que nos parece mais comparável com os critérios de amostragem seguidos no referido inquérito, sendo as respostas predominantemente respeitantes a unidade familiares), considerando a dimensão média das famílias residentes no Continente de 3,6 para o primeiro daqueles períodos (de acordo com o censo de 1970) e de 3,3 para o segundo (de acordo com o censo de 1981).

Com as reservas resultantes da metodologia utilizada, chega-se às percentagens indicadas no quadro 3 ⁽¹⁸⁾.

Quadro 3

ACESSO A DETERMINADOS BENS DE CONSUMO POR
PARTE DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO CONTINENTE (EM %)

	Final dos anos 60	Final dos anos 70
Televisão	11a)	25c)
Automóvel	14b)	39d)

a) 1968; b) 1969; c) 1976; d) 1978

Fonte: Cálculos efectuados pelo autor a partir de elementos da O. C. D. E. («Études économiques»).

Ao mesmo tempo, as percentagens de acesso encontradas para os emigrantes regressados parecem estar muito mais próximas das que se verificam junto das famílias francesas (a título de exemplo e visto ser de França que provém logicamente a maioria dos regressos), as quais, em Novembro de 1978, eram as seguintes (percentagem do conjunto das famílias possuindo os bens indicados) ⁽¹⁹⁾:

— Televisão	88
— Automóvel	67
— Frigorífico	94
— Máquina de lavar roupa	76
— Máquina de lavar louça	12

⁽¹⁸⁾ Provavelmente as percentagens vêm sobrevalorizadas pelo facto de algumas famílias (poucas é certo) possuírem mais do que um daqueles tipos de bens e visto os dados de base serem referidos aos números médios por 1000 habitantes.

⁽¹⁹⁾ Segundo o inquérito de conjuntura junto das famílias de Novembro de 1978 realizado pelo INSEE, citado por Trognon, 1979.

Por outro lado, tem de se reconhecer que o maior acesso dos residentes àqueles tipos de bens foi devido, em grande parte, às poupanças enviadas pelos emigrantes para os seus familiares e ao efeito indirecto que, não só esse envio, mas também a imitação dos padrões de consumo veiculados pelos emigrantes nas suas viagens a Portugal, exerceram junto das populações vizinhas. Questão só por si a merecer um aprofundamento, quanto às suas implicações económicas, sociais e culturais, que aqui não é possível.

Seja como for, com muitas ou poucas poupanças, possuindo muitos ou poucos bens de consumo, os emigrantes regressados, podendo trabalhar (não estando reformados) perferem fazê-lo, quando não são simplesmente obrigados a isso para sobreviverem, declarando viver dos rendimentos apenas 4% (ver quadro 4).

Quadro 4

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO DOS
EMIGRANTES REGRESSADOS (EM %)

Activos a trabalhar	49
Desempregados	6
Domésticas	20
Reformados	20
Vivendo dos rendimentos	4
Outros	2
TOTAL	100

Fonte: Rogério Roque Amaro, in Silva et al. (1984).

Em termos de actividade económica, e relativamente ao perfil médio da economia portuguesa, há uma inclinação muito forte pelo trabalho na *agricultura*, (relacionado com o referido «apego à terra»), na *construção civil e obras públicas* (uma constante no trajecto do emigrante) e no *comércio e restaurantes* (uma promoção social e produtiva amiúde procurada no regresso), a par de uma menor propensão (ou será também questão de oportunidades inexistentes nas suas terras?) para o trabalho na indústria, o sector mais importante, em termos globais, em Portugal e também um dos mais «frequentados» durante a emigração (cf. quadro 5).

Quadro 5

DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES REGRESSADOS ACTIVOS E
DA POPULAÇÃO ACTIVA DO CONTINENTE (1982) POR
SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (EM %)

	Emigrantes Regressados	Pop. Activa do Continente (1982)
— Agricultura	38	25
— Indústrias transforma- doras	15	26
— Construção e obras públicas	18	10
— Comércio, restaurantes e hotéis	16	12
— Transportes e comuni- cações	5	4
— Outros sectores	8	23
TOTAL	100	100

Fonte: Rogério Roque Amaro, in Silva *et al.* (1984) e Banco de Portugal (relatório anual de 1983).

Por outro lado, os emigrantes regressados tendem a reinserir-se na produção em Portugal sobretudo nas posições de *patrões ou isolados*, em particular na actividade agrícola (predominantemente de autoconsumo) e, os mais ousados, na actividade comercial (incluindo os restaurantes e cafés): aquelas duas categorias somadas passaram de 23% antes da emigração para 58% após o regresso, não ultrapassando os 7% no último emprego no estrangeiro. Em particular, os *proprietários agrícolas* constituem 32% do total.

Paralelamente o assalariamento, característica dominante nas etapas anteriores do percurso (56%, antes da emigração, e entre 90% e 95% nos diversos momentos da emigração) tem uma quebra muito importante, passando para 34% após o regresso, enquanto que os trabalhadores familiares praticamente desaparecem: 17% antes, menos de 1% na emigração, e 4% actualmente ⁽²⁰⁾.

⁽²⁰⁾ Os quatro momentos retidos no inquérito são: antes da emigração, 1.º emprego na emigração, último emprego na emigração e actualmente.

Há pois como que uma libertação do assalariamento, aparecendo como aspiração importante a de obtenção de um estatuto de autonomia e de propriedade, especialmente realizado no sector agrícola.

Entretanto é de referir o facto de as *mulheres* voltarem, com o regresso a Portugal, predominantemente à sua condição de donas de casa, em percentagens até mais elevadas do que antes da partida: 65% contra 40%, ao passo que durante a estadia no estrangeiro houve uma propensão maior para trabalharem fora de casa (apenas 29% não se referiram a um «último emprego» na emigração).

Por outro lado, apenas 8% das mulheres inquiridas declararam trabalhar actualmente na agricultura, contra 28% antes da emigração. Embora uma parte das que se disseram agora donas de casa continue a trabalhar (mas provavelmente menos) nas suas terras, todos estes elementos mostram o regresso da mulher à sua função tradicional, uma vez encerrado o «ciclo da poupança acelerada», e uma certa libertação dos trabalhos agrícolas mais pesados ⁽²¹⁾.

Para completar esta análise das condições de regresso, podemos também referir os elementos recolhidos no inquérito quanto aos *rendimentos mensais do agregado familiar* na altura do mesmo (Dezembro de 1982), embora se trate de dados pouco seguros, baseados em informações dos próprios, frequentemente falseadas. A subavaliação que provavelmente daí resultará, acrescente-se a ausência de informação quanto aos rendimentos não monetários (em particular no caso dos residentes e activos nas zonas rurais).

Com todas estas cautelas registe-se que as respostas obtidas apontam para 63% abaixo de 18 contos, contra 29%, entre 18 e 30 contos e apenas 8% acima deste montante.

Os valores parecem de facto algo baixos mas terão alguma verdade, na medida em que ajudam a desmitificar a ideia do «emigrante milionário». No fundo ele é apenas menos pobre do que os que o rodeiam, lembrando-se ainda que, com o regresso, o filão das suas poupanças esgotou-se ⁽²²⁾.

Como conclusão pode dizer-se que os emigrantes regressam com alguma *prosperidade aparente*, ao nível dos bens de consumo, dos depósitos, das terras adquiridas e da casa construída,

⁽²¹⁾ Sobre a problemática das mulheres na emigração, cf. nomeadamente: Wall (1984).

⁽²²⁾ Aqueles dados devem dizer apenas respeito aos rendimentos (*fluxo*) auferidos por mês, não tendo em conta o *stock acumulado* (entesourado).

mas poucos são os que efectivamente inovam nos comportamentos produtivos (passando nomeadamente a empresários capitalistas ou ascendendo à classe média). E, por outro lado, há ainda os que falharam e regressaram em condições difíceis normalmente em ligação com a crise nos países de imigração).

Como Michel Poinard ⁽²³⁾, podemos dizer que, para a maioria, a reinserção na sociedade portuguesa faz-se claramente numa situação de «melhor-estar».

«CONTANDO HISTÓRIAS DE LÁ DE LONGE»

Ao regressarem do estrangeiro, os emigrantes trazem com eles hábitos, modelos e influências que vão marcar o seu contacto com a sociedade portuguesa, contribuindo consideravelmente para as transformações que nela têm vindo a ocorrer.

Assinalemos três tipos de influências.

Em primeiro lugar ao nível dos *modelos de consumo*, conforme aliás já referimos no ponto anterior.

Ao veicularem determinados bens de consumo (nomeadamente o automóvel e os electrodomésticos), ao construirem as suas casas com linhas arquitectónicas e aparências bastante originais ⁽²⁴⁾, ao dotarem-nas de certa disposição interior e de certo conforto, os emigrantes estão, num mecanismo dialéctico de ostentação-imitação, a difundir determinados hábitos, não só junto dos seus familiares como também das populações vizinhas.

As consequências são fundamentalmente de dois tipos algo divergentes: há um impacto positivo no consumo, no bem-estar, na modernidade e prosperidade aparentes das zonas «tocadas» pela emigração e regresso mas, porque não há incidência paralela do lado da produção na região, o resultado final pode ser (tem sido) um agravamento das dependências dessas regiões, quanto aos modelos de consumo e quanto ao abastecimento desses bens (importações acrescidas).

Em segundo lugar, nota-se também influências ao nível das *relações e comportamentos sociais*: adaptação a relações familiares menos rigidificadas; novos comportamentos face ao casamento; novas formas de convívio social, com substituição

⁽²³⁾ Poinard (1983b).

⁽²⁴⁾ Refira-se, a propósito, que, muitas vezes, as cores e os azulejos são o que são, não tanto por escolha do interessado mas por conveniência de venda das indústrias respectivas.

dos tradicionais locais de encontro (a tasca, o adro da Igreja, a eira) pelos modernos cafés, snacks, boites, etc., em particular para os mais novos; emergência de uma nova linguagem e de novos termos recolhidos na emigração; valorização dos critérios da sociedade de consumo em vez dos tradicionais critérios da sociedade rural e fechada, etc.

É evidente que estas alterações não se devem exclusivamente à influência da emigração-regresso, mas não deixa dúvidas que esta foi muito importante.

Em terceiro lugar, quanto à noção e *ocupação dos tempos livres*.

Note-se que a própria ideia de tempos livres e férias era bastante estranha à sociedade agrícola-rural, pois nela os primeiros confinavam-se a parte dos fins-de-semana e as segundas não existiam.

Com a emigração e o regresso, arrastando a escolarização dos filhos, a libertação da mulher (quando cá fica e quando regressa) das tarefas mais penosas do trabalho do campo e a libertação do assalariamento, com regresso a uma agricultura menos intensiva, valorizam-se extraordinariamente aqueles dois conceitos, adquirindo estatuto social inexistente até então.

Dois vectores têm-se sobreposto a todos os outros a este respeito:

— a 2.^a geração e a sua apropriação (com o devido aproveitamento oportunista dos homens de negócios atentos) dos tempos livres, levando à alteração dos gostos musicais, das formas de dançar e dos espaços de encontro, sendo disso indicador a abertura, mesmo em aldeias recônditas, de boites, discotecas, snacks, etc. ⁽²⁵⁾;

— a importância do período de férias, como aproveitamento da presença e do poder de compra dos emigrantes (para gáudio dos comerciantes locais), com todo o seu cortejo de festas, romarias, feiras, procissões, espectáculos, leilões, casamentos, baptizados, etc.

Em todos estes casos, podemos dizer que a influência da emigração e do regresso tem contribuído para a homogeneização dos modos de consumo e de vida, dos valores e dos critérios sociais, da ocupação de tempos livres, das ambições e das modas, etc., em todas as regiões atingidas por aquele movi-

⁽²⁵⁾ Não queremos dizer com isto que tais alterações são apenas fruto dos filhos dos emigrantes, que a estes tem cabido um papel importante, até pelo poder de compra e poder social de que são, muitas vezes, detentores. Cf. a este propósito Martinho (1983).

mento ⁽²⁶⁾, nivelando-as pelas normas da sociedade de consumo. Um dos benefícios é a aparente prosperidade e modernidade; os riscos têm a ver com a descaracterização cultural das regiões e com a acentuação da sua dependência (económica e cultural).

«VIRÃO UM DIA... OU NÃO»

Falámos do regresso e procurámos caracterizá-lo. Muitos já vieram mas, virão todos? Mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor crise, mas um dia todos regressarão?

A resposta a estas questões implica várias considerações.

Desde logo as que se prendem com o *acolhimento* aos emigrantes que regressam, enquanto forma social (e económica) organizada.

Efectivamente esse acolhimento praticamente não existe naquelas condições. O emigrante é abandonado à sua capacidade de adaptação e de resolução dos seus próprios problemas, com a ajuda dos familiares e vizinhos.

Não é por acaso que 95% dos emigrantes regressados inquiridos afirmaram que, desde que estão em Portugal, ainda não foi tomada decisão a seu favor, tendo 20% considerado mesmo que já foram tomadas decisões contrárias aos seus interesses. Ainda que provavelmente com certo empolamento, estas respostas transmitem claramente a *indiferença* sentida.

Acolhem-se as divisas mas não os homens! E se se suspeita que vão regressar muitos, trata-se de convencê-los a irem ficando lá, em nome da balança de pagamentos, ainda que sob a argumentação do desemprego em Portugal, o que, como vimos, não pode cobrir cabalmente aquela justificação, visto os emigrantes regressados criarem, na maioria (e por enquanto), os seus próprios postos de trabalho.

Mas mais grave (em termos de futuro) do que esta atitude é a *completa ausência de uma perspectiva espacial do desenvolvimento* que, partindo da base, dote as regiões da possibilidade de realizar as suas capacidades e de satisfazer as suas necessidades fundamentais.

Ao marginalizar-se quase sistematicamente a componente espacial das opções do desenvolvimento, o que se está a fazer é

⁽²⁶⁾ Veja-se como contra-exemplo o caso das regiões alentejanas pouco afectadas pela emigração (para o estrangeiro), sem esquecer a incidência, nesse caso, de outros factores historicamente muito específicos.

prolongar e reforçar as tendências actuais, acentuando-se a litoralização do crescimento económico.

Ora ao seguir-se por essa via, não só não se responde às carências e às aspirações das regiões marginalizadas, como também não se contribui assim para o «acolhimento sócio-económico» aos emigrantes que queiram regressar para elas, como aliás a todas as pessoas que nelas queiram viver, nem se aproveitam as potencialidades que aquele regresso veicula.

Talvez assim se perca uma oportunidade (que o regresso dos emigrantes e a chegada dos retornados das ex-colónias valorizaram) de alterar decisivamente o panorama espacial do desenvolvimento em Portugal e mau-grado a aparente prosperidade de muitas regiões ditas marginalizadas.

E isso é tanto mais grave quanto o grande problema do regresso se situar precisamente ao nível da 2.^a geração.

A partida é ela que é mais renitente ao regresso. Entre dois desenraizamento prefere o menos mau, ou seja, no país de imigração, onde já tem amigos, já conhece melhor a língua, de que admira os valores e símbolos sociais, etc.

Vir para Portugal é «recuar» na sociedade de consumo e nas condições de conforto, muitas vezes conhecidas de forma deturpada porque nas férias não saem da aldeia dos seus pais («Lá há muitas moscas e estrume por todo o lado; é tudo muito sujo»), é ser obrigado a falar uma língua que pouco utilizam, é não ter oportunidade de trabalho, é vir contrariado, etc., etc.

A este nível dão-se normalmente rupturas dramáticas na relação pais/filhos: note-se, por exemplo, que 25% dos emigrantes regressados afirmaram ter ainda algum filho no estrangeiro, por razões de emprego ou de casamento, o que não pode deixar de marcar a reinserção daqueles em Portugal, acentuando a sua ambivalência.

Daí que muitos pais tenham preferido não levar os filhos consigo, deixando-os com a mãe, os avós ou outros familiares, já na perspectiva de tais conflitos.

Daí também que muitos emigrantes tenham invocado como razão para o regresso *naquela altura* o facto dos filhos estarem a chegar a uma idade em que os problemas poderão começar a surgir ⁽²⁷⁾.

Sem um desenvolvimento das regiões, verdadeira base para um acolhimento dos que regressam, e sem uma especial

⁽²⁷⁾ Mas casos houve também em que os pais adiaram o regresso à espera que os filhos tivessem possibilidade e meios de escolherem por si próprios.

sensibilidade para os problemas dos mais jovens (esquecidos e abandonados na emigração), o regresso poderá transformar-se numa frustração, perder-se-ão as suas potencialidades e o êxodo retornará.

Mas não podemos também esquecer os que nunca regressarão. Muitos ficarão por lá, a continuar a emigração portuguesa (constante da nossa História). E a esses que acolhimento dá a sociedade portuguesa? *Como se apoiará a sua integração nas sociedades de imigração?* Como se estimulará a sua identidade cultural como portugueses? Como serão levados em conta nas negociações com a CEE? E os mais novos um dia saberão falar português?

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A canção chegou ao fim. E agora?

De repente demo-nos conta de que já não eramos uma sociedade de emigração e tínhamos passado a ser uma *sociedade de regresso*. Provavelmente só até que as portas de saída se abram de novo, porque pouco existe de objectivo que prenda as pessoas às suas terras.

Em vez do desenvolvimento (necessariamente especializado) privilegia-se a balança de pagamentos e em vez dos homens privilegiam-se as divisas. Nessa perspectiva emigrar será, mais uma vez, a solução, para os que emigram e para os que cá ficam. E também para os que da política económica têm uma ideia de repartição de finanças e de casa de câmbios.

Por enquanto o regresso tem-se dado sem grandes choques na sociedade portuguesa mas porque os emigrantes se souberam (quando puderam) precaver. Isso não pode contudo escamotear as situações, cada vez em maior número, de graves problemas de desenraizamento, de emprego, de enquadramento, etc., à chegada, em particular no caso dos mais jovens. Com o prosseguimento (ou mesmo agravamento) da crise nos países europeus essas situações podem ainda aumentar e não há respostas para elas (como não as há para os problemas semelhantes dos residentes) *nem desenvolvimento para as acolher*.

Dizer às pessoas para não virem não é solução, nem é eticamente possível, quando um dia se as empurrou para fora do país. Querer as divisas em vez dos homens pode ser financeiramente defensável mas não o é social e humanamente.

Ter divisas para pagar importações e financiar consumos que não encontram contrapartida na produção interna, não parece ser grande estratégia e não serve senão para nos iludir-

mos sob a capa de um aparente bem-estar e prosperidade (foi assim que vivemos alegres até 1974 e hoje persistimos em repetir).

Ter poupanças e *homens* para as tarefas do desenvolvimento, para realizar as capacidades e satisfazer as necessidades, ambas as coisas e não apenas a segunda, é outro desafio com outras aspirações. O regresso dos emigrantes contém essas potencialidades, reforçadas pelo facto de as canalizar predominantemente para as regiões mais carenciadas. Mas não esperamos que espontaneamente, anarquicamente elas sigam essa via pois os apelos nesta sociedade são outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernis, G. Destanne e Byé, Maurice (1977), *Relations Économiques Internationales*, Paris, Précis Dalloz.
- Martinho, Alberto (1983), «Os filhos dos emigrantes (16-21 anos) oriundos do distrito da Guarda em França: nem a integração nem o retorno. Estudo comparado de duas amostras», comunicação apresentada à Conferência sobre «Emigração e retorno na região Centro», Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, Janeiro de 1983.
- Poinard, Michel (1983 a), «Emigrantes portugueses: o regresso», *Análise Social*, 3.^a série, col. XIX, n.º 75.
- Poinard, Michel (1983 b), «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», *Análise Social*, 3.^a série, vol. XIX, n.º 76.
- Silva, Manuela *et. al.* (1984), «Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal», Lisboa, I.E.D., caderno 8.
- Stahl, Heinz-Michael *et al.* (1982), «Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE, 1980-1990», Lisboa, Moraes Editores/IED.
- Tapinos, G. (1973), «L'économie des migrations internationales», Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques/A. Colin.
- Trognon, Alain (1979), «La percée de la télé-couleur», *Économie et Statistique*, n.º 110.
- Wall, Karin (1984), «Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório», *Ler História*, n.º 3.
- Zolotas, X. (1967), «La migration internationale des travailleurs et le développement économique», *Économie Appliquée*, vol. XX, 4.